



Ata da Reunião Ordinária

1 **Data:** 01/10/2020
2 **Hora:** 14 horas
3 **Local:** Reunião Realizada por Videoconferência, na plataforma Jitsi Meet, através do
4 link: : <https://meet.jit.si/MajorTestingsMentionEntirely>.
5 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO
6 RIO JUCU/ES. Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às catorze
7 horas, teve início a Reunião Extraordinária do CBH Jucu, com os seguintes membros
8 presentes: **Elio de Castro Paulino** (Sociedade Sinhá Laurinha), **Sebastião Moura**
9 (FAMOPES), **Giordano Roldi** (INJAPA), **Vera Lúcia Martins Santos** (INCAPER),
10 **José Adinan Souza** (IDAF), Capitão Lorenzo (Polícia Militar Ambiental), **José Dalton**
11 **Resende Magalhães Cardoso** (Fazenda Sauanha), **José Azevedo de C. Filho** (Real
12 Café), **André Rocha** (Prefeitura Municipal de Cariacica), **Daniela Gaspar** (PCH São
13 Pedro), **Jândia Reis** (Grupo SIMEC), **André L. Krohling** (Sindicato Rural de Domingos
14 Martins e Marechal Floriano), **Nélio Hand** (AVES), **Bianca Queiroz** (Prefeitura
15 Municipal de Cariacica), **Aline K. Serau** (Agência Estadual de Recursos Hídricos –
16 AGERH). Participação de: **Daniel Gomes da Silva** (AGERH), **Felipe Andrade**
17 (AGERH), **Ranielle Fraga** (AGERH) e **Chander Rian de Castro Freitas** (AGERH,
18 prestando apoio à Secretaria Executiva do CBH). Ausentes com justificativa, **Ricardo**
19 **Braga** (AMABARRA), **Valdete Vargas** (Prefeitura Municipal de Vila Velha), **Murilo**
20 **Petri Calanzani** (Prefeitura Municipal de Guarapari), **André Sefione** (CESAN), **Nelson**
21 **Mayer** (Instituto Kautsky), **Edmar Binotti Jr.** (Instituto Erling Lorentzen) e **Gabrielle**
22 **Rossi** (visitante). Iniciada a reunião, o presidente passou ao item 1. **Abertura,**
23 **verificação do quórum** - O presidente José Dalton R. M. Cardoso abre a reunião
24 verificando que há quórum e saúda a todos os presentes. Passou-se então ao item 2.
25 **Aprovação da ata da reunião ordinária de 06/08/2020 por videoconferência** – não
26 houve manifestação e a ata foi então aprovada por unanimidade. Seguiu-se para o item 3.
27 **Retificação da Deliberação de Cobrança do CBH Jucu N° 06/2017** – Aline Serau, da
28 AGERH, informa que as modificações foram solicitadas no âmbito da Câmara Técnica
29 de Assuntos Econômicos do CERH e que não são alterações de mérito e sim de forma.
30 Aline compartilha o documento e informa que o que está em vermelho é o que foi cortado
31 e o que está sendo sugerido está em azul (realizadas pelo membro André Sefione,
32 representante do CBH na CTAE) e em verde (realizadas por Aline), citando
33 especificamente que as datas originalmente propostas no parágrafo 2º do Artigo 3º foram
34 trocadas para datas genéricas. Aline também cita a correção na numeração dos artigos,
35 visto que, originalmente, o Artigo 3º pulava para o Artigo 5º (faltava o Artigo 4º).
36 Prossegue relatando que no Anexo 1 também há correção de numeração de um inciso do
37 Artigo 1º e da redação da alínea “b” do parágrafo 2º do Artigo 4º, de modo a
38 compatibilizá-la com o conteúdo da Deliberação propriamente dita. Elio de Castro,
39 Secretário Executivo do Comitê, consulta a presidência no sentido de perguntar se este
40 documento deveria ser encaminhado para a Câmara Técnica de Cobrança, visto que ele
41 está sendo alterado por um membro do Comitê e pela representante da AGERH. O
42 presidente responde que as alterações não são de conteúdo técnico e sim de forma, mas
43 que se a plenária entender que é conveniente encaminhar para a CT, pode ser feito. André
44 Krohling concorda que qualquer alteração deveria ser encaminhada para a CT. O
45 presidente encaminha a votação sugerida acerca do envio do documento para a CT,
46 solicitando que aqueles que concordam com a proposta permaneçam como estão. Não



Ata da Reunião Ordinária

47 havendo manifestação, o encaminhamento à CT foi aprovado por unanimidade. O
48 presidente passa então ao item 4. **Informe de andamento do MOP – Apresentação**
49 **Daniel**; Daniel inicia informando que algumas atividades foram executadas e que a última
50 etapa cumprida foi estruturar os fluxogramas. A partir de agora serão iniciadas as
51 consultas com o CBH a respeito desse fluxograma. Informa que ainda há quatro etapas a
52 serem cumpridas pela equipe, que incluem a elaboração de relatório, consolidação dos
53 fluxogramas, ajustes finais dos produtos e por fim a capacitação para que o CBH possa
54 manusear o MOP. Aline questiona se a próxima etapa consiste no envio dos fluxogramas
55 de cada meta que foi priorizada, o que Daniel confirma. Ranielle confirma que os
56 fluxogramas devem ser enviados até a segunda ou terceira semana de outubro e após isso,
57 haverá um prazo de cerca de dez dias para que o Comitê tire suas dúvidas a respeito.
58 Ranielle esclarece que foram selecionadas dez ações após as reuniões com o Comitê e
59 que já foram enviadas para o CBH. Elio de Castro pergunta se houve sugestão por parte
60 de algum membro da plenária na etapa de seleção das ações, Ranielle confirma que houve
61 uma contribuição por parte de apenas um representante do setor de usuários no formulário
62 online. O presidente passou para o **item 5 da pauta: Indicações de representação do**
63 **CBH Jucu**: Em relação ao item **5.1 - CTEP do CERH** – O presidente submete o nome
64 de **Gabrielle Rossi** para esta Câmara Técnica. Não houve manifestação de outros
65 membros interessados, então ficou aprovada a indicação de Gabrielle Rossi para CTEP
66 do CERH. Em relação ao item **5.2 - Titular no Fórum Capixaba de Mudanças**
67 **Climáticas**. Giordano Roldi se disponibiliza para esta representação, o que foi aprovado.
68 O presidente passou para o **item 6 da pauta: Ação Civil Pública sobre as lagoas**
69 **Jaguarussu - Apresentação Petrus Lopes (INJAPA)** – Petrus inicia afirmando que
70 gostaria de dar ciência aos membros a respeito desse ponto, dizendo que as lagoas foram
71 criadas por conta da extração de areia e o Ministério Público entrou nesse caso que está
72 sendo direcionado para a utilização desse recurso hídrico para o abastecimento público.
73 Petrus afirma que os estudos feitos apontam que as Lagoas Jaguarussu contam com 9
74 milhões de metros cúbicos de água, num espaço muito pequeno atrás do Aeroclube da
75 Barra do Jucu e que segundo os cálculos, permitiria abastecer 500 mil habitantes por 6
76 meses. Petrus sugere que o Comitê se aproprie desse assunto. Relata que fará um voo de
77 drone sobre as lagoas e que o visual delas é muito bonito, que a água é filtrada pelas areias
78 da restinga e as lagoas possuem de 30 a 50 metros de profundidade. Prossegue afirmando
79 que se trata de um complexo hídrico artificial e de patrimônio público e que é importante
80 o Comitê se posicionar, inclusive tomando para si a condução desse processo. Questiona
81 se essa alternativa pode ser utilizada por outros municípios e evidencia que o caso ilustra
82 que as barragens não são a única solução possível como alternativa para abastecimento
83 em cenários de escassez hídrica. O presidente pergunta qual a finalidade da ação civil
84 pública. Petrus esclarece que as lagoas foram criadas por conta da extração de areia ilegal
85 e que a ação civil diz respeito à reparação desse ato e que a solução apresentada foi a da
86 perda da propriedade dos infratores. Prossegue afirmando que a CESAN já fez uma
87 análise técnica a respeito da possibilidade de utilização desse recurso hídrico para
88 abastecimento público. Sugere que se entre em contato com Eduardo Pignaton que está
89 nesse caso desde o início. Elio de Castro parabeniza Petrus por trazer este assunto ao
90 Comitê. Sugere como encaminhamento que o Comitê entre em contato com o Ministério
91 Público para tomar ciência da situação. Prossegue afirmando que a AGERH deve se
92 manifestar tecnicamente sobre a inclusão desse corpo hídrico na Bacia do Rio Jucu. E



Ata da Reunião Ordinária

93 posteriormente deveria ser feito um Plano Diretor dessas lagoas, como foi feito no Sul do
94 Estado. Esse Plano, além de caracterizar os corpos hídricos também direcionaria a sua
95 utilização. Petrus confirma que a CESAN já fez estudos técnicos sobre a viabilidade da
96 utilização das lagoas para abastecimento e que este documento está incluído na ação civil
97 pública. Aline informa que postou no grupo de *WhatsApp* do Comitê uma matéria da
98 Gazeta, de junho deste ano, sobre o assunto. Informa que são 19 lagoas e que as empresas
99 responsáveis foram notificadas a realizar obras no sentido de formar uma lagoa única,
100 pelo que entendeu da matéria. Prossegue dizendo que a análise química demonstrou que
101 12 das 19 lagoas são compatíveis com o abastecimento público e que com elas seria
102 possível abastecer 64% da Grande Vitória por 9 dias. A matéria informa que havia um
103 empecilho na doação da área por parte das empresas, por conta de problemas fiscais.
104 Aline levanta a possibilidade da área se tornar uma unidade de conservação, como
105 acontece na Rebio Duas Bocas. Petrus acredita que esta é uma ideia muito boa. Relata
106 que no caso da Lagoa Encantada, que é bem próxima, conseguiu um recurso de 150 mil
107 advindo de uma multa para fazer um diagnóstico da área e que a Dra. Nícia, do Ministério
108 Público, conseguiu um recurso de uma supressão de manguezal para fazer o plano de
109 manejo. Elio de Castro ratifica que a AGERH precisa se manifestar tecnicamente, pois a
110 CESAN é parte interessada na comercialização do recurso hídrico. Prossegue dizendo
111 que o Plano de Bacia do Rio Jucu não incluiu lagoas e que isso foi um erro. O presidente
112 ratifica o encaminhamento sugerido por Elio de Castro de solicitar ao Ministério Público
113 a situação atual do processo, à AGERH para emitir nota técnica e ao IEMA para dar
114 informações do processo em sua esfera. Petrus informa que a Dra. Isabela de Deus, da
115 Promotoria de Cariacica, instaurou uma ação civil pública contra a barragem do Rio Jucu,
116 devido a falhas no processo de licenciamento ambiental. Sugere assim, que o Comitê
117 tome ciência acerca dessa ação. O presidente passa para o **item 7 da pauta: Informes,**
118 **assuntos gerais e encerramento.** Elio de Castro informa que está em tramitação na
119 Assembleia Legislativa mais uma alteração na Política Estadual de Recursos Hídricos.
120 Lembra da alteração já efetivada, acerca da isenção da cobrança pelo uso do recurso
121 hídrico para a agricultura familiar e que o Fórum de Comitês manifestou junto ao Governo
122 Estadual para que vetasse essa proposta, o que não foi feito, e a lei foi alterada. Afirma
123 que esse cenário demonstra um duro teste para a sobrevivência do Sistema. Apesar do
124 Estado ter Comitês de Bacia desde 2001 e ter sido um dos primeiros a aprovar a Política
125 Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos não foi
126 devidamente implantado, o que dá brechas para essas situações que acabam minando o
127 Sistema. Aline afirma que todos os entes do Sistema deveriam se posicionar para defender
128 a Política Estadual. Prossegue dizendo que é a segunda vez que o mesmo deputado está
129 buscando interferir na Lei e que o caminho não deveria ser alterar a Política, mas buscar
130 a solução de conflitos por meio dos instrumentos que ela própria já estabelece. O
131 encaminhamento sugerido por Elio de Castro, acatado pela plenária, é a elaboração por
132 parte dele, de uma minuta de moção a respeito desse assunto a ser encaminhada por e-
133 mail aos membros para aprovação. Aline sugere aos membros que participam do CERH
134 que levem esse assunto também para esse colegiado. Gabrielle agradece ao Comitê pela
135 oportunidade de estar presente na Câmara Técnica e aos membros da plenária,
136 particularmente a CT de Acompanhamento do Plano, que participaram do seu processo
137 de pesquisa. Aline acrescenta que foi homologado o enquadramento da Bacia do Jucu, no
138 CERH, e que, a partir de agora, o Comitê precisa definir como vai acompanhar o alcance



Ata da Reunião Ordinária

139 das metas, lembrando que existe uma previsão legal que foi citada na Deliberação
140 aprovada. Além disso, considerando o planejamento apresentado pela CESAN no início
141 do processo de enquadramento, os investimentos em saneamento (tratamento de esgotos)
142 eram aquém do necessário, mas, segundo relato da CESAN no CERH, com a celebração
143 das parcerias público-privadas os investimentos serão maiores. Dessa forma, seria
144 importante que a CESAN apresentasse o que foi executado em relação ao planejamento
145 da época e se algo foi alterado; além disso, se os investimentos futuros previstos estão
146 considerando as metas de enquadramento aprovadas pelo Comitê. O presidente considera
147 oportuna essa questão e informa que na próxima reunião esse assunto será pautado. Sem
148 mais a tratar, a reunião foi finalizada às quinze horas e quarenta minutos e a Ata foi
149 lavrada por mim, Chander Rian de Castro Freitas, em apoio à Secretaria Executiva do
150 Comitê e vai assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo.

151

152

153 **José Dalton Rezende Magalhães Cardoso** - Presidente

154

155 **Elio de Castro Paulino** – Secretário Executivo

156